



Concurso Público 2004

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Prova A

- ➔ Prova para o Cargo: Analista Judiciário
- ➔ Área / Especialidade: S02 - Judiciária / Execução de Mandados

ATENÇÃO

- ➔ Neste Caderno de Questões, você encontra:
 - ✍ 36 (trinta e seis) questões de Conhecimentos Específicos;
 - ✍ 14 (quatorze) questões de Conhecimentos Gerais.
- ➔ Confira se esta prova corresponde ao cargo/área/especialidade em que você se inscreveu.
- ➔ Só inicie a prova após a autorização do Fiscal de Sala.
- ➔ Duração máxima da prova: 4h e 30min (quatro horas e trinta minutos), neste incluído o tempo para o preenchimento do Cartão de Respostas e a realização da Redação.
- ➔ Saída dos candidatos da sala: após 1 (uma) hora do início.
- ➔ Somente será permitido levar seu Caderno de Questões faltando 1 (uma) hora ou menos para o término da Prova.
- ➔ Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar quaisquer esclarecimentos sobre a resolução das questões.
- ➔ Não é permitido que os candidatos se comuniquem entre si. É proibida também a utilização de equipamentos eletrônicos.
- ➔ Em cada questão só há uma opção correta de resposta, portanto evite rasurar seu Cartão de Respostas, pois em hipótese alguma ele será substituído.
- ➔ Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Respostas; apenas confira seus dados, leia as instruções para seu preenchimento e assinem no local indicado. É obrigatória sua assinatura no Cartão de Respostas.
- ➔ O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no endereço eletrônico <http://www.tradecensus.com.br> nos Postos de Atendimento, no segundo dia útil após a realização da prova.
- ➔ Para exercer o direito de recorrer contra qualquer questão, o candidato deverá seguir as orientações constantes do item 11 do Edital/Manual do Candidato, **CONSIDERANDO A ALTERAÇÃO DO NÚMERO DA CAIXA POSTAL PARA 99.713.**
- ➔ Certifique-se de que recebeu a prova correspondente ao seu cartão de resposta. É de responsabilidade do candidato fazer a prova correta.

Realização:

TRADE CENSUS

BOAPROVA

Prova A

Direito do Trabalho

01) Leia as assertivas abaixo:

- I- A CLT distingue expressamente contrato de trabalho de relação de emprego: esta é definida como o resultado obtido em decorrência da celebração de um negócio jurídico.
- II- Os contratos de trabalho definidos como tácitos podem ser escritos ou verbais, conforme seus termos encontrem-se ou não vazados em documento formal.
- III- Nos termos da Lei nº 9601/98, um estabelecimento com média semestral de duzentos empregados contratados por prazo indeterminado poderá contratar mais cem empregados por prazo determinado.

Sobre as assertivas acima, pode-se dizer que:

- A) somente I está correta;
- B) somente II está correta;
- C) somente I e II estão corretas;
- D) somente I e III estão corretas;
- E) todas estão corretas.

02) Leia as assertivas abaixo:

- I- Considera-se trabalho a tempo parcial aquele cuja duração não exceda 30 horas semanais.
- II- Os trabalhadores contratados sob o regime de tempo parcial não poderão realizar, em regra, horas extraordinárias em decorrência de acordo de compensação de horas.
- III- Os trabalhadores contratados sob o regime de tempo parcial terão férias de, no máximo, 18 dias anuais.

Sobre as assertivas acima, pode-se dizer que:

- A) somente I está correta;
- B) somente II está correta;
- C) somente I e II estão corretas;
- D) somente I e III estão corretas;
- E) todas estão corretas.

03) Leia as assertivas a seguir:

- I- Segundo a jurisprudência do TST, a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.
- II- A alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
- III- A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados, exceto em relação à contagem do tempo para a aquisição das férias.

Sobre as assertivas acima, pode-se dizer que:

- A) somente I está correta;
- B) somente II está correta;
- C) somente I e II estão corretas;
- D) somente I e III estão corretas;
- E) todas estão corretas.

04) Acerca das normas que informam a rescisão do contrato de trabalho, é correto afirmar que:

- A) em se tratando de contrato por tempo indeterminado, a parte que pretender rescindir deverá comunicar essa intenção à outra, com antecedência mínima de trinta dias; violada essa obrigação, ao contratante lesado assistirá o direito ao reconhecimento ou ao desconto do valor equivalente ao aviso prévio, conforme se trate, respectivamente, de empregado ou empregador;
- B) em se tratando de despedida indireta, fundada na prática de falta grave por parte do empregador, não tem o empregado direito ao recebimento do aviso prévio, mas somente à indenização de 40% sobre os valores fundiários devidos;
- C) na rescisão de contrato de trabalho com vigência de seis meses, por iniciativa do empregado, serão devidas pelo empregador a gratificação natalina proporcional às férias proporcionais com adicional de 1/3;
- D) a falta grave de desídia, capaz de justificar a rescisão do contrato sem ônus para o empregador, está presente na situação do empregado flagrado habitualmente em estado de embriaguez, ainda que fora do local de trabalho;
- E) a justa causa cometida após a concessão do aviso prévio, por qualquer dos contratantes, acarreta o rompimento imediato do contrato e o dever de indenizar o contratante de boa-fé com a quantia equivalente aos salários do período contratual remanescente.

05) A respeito do que tratamos itens abaixo, é correto afirmar que:

- A) a alteração do contrato individual de trabalho só será válida quando se implementar mediante mútuo consentimento e não resultar em prejuízo para o empregado; assim, inadmita-se a alteração unilateral mediante a qual o empregador reverta o cargo efetivo o empregado que se encontrava no exercício de função de confiança;
- B) o empregador não pode, sem a anuência do empregado, transferi-lo para outro estabelecimento da empresa, ainda que tal transferência não acarrete a mudança de domicílio do trabalhador;
- C) a suspensão do empregado por trinta dias enseja sua despedida indireta;
- D) a ausência do empregado acidentado ao trabalho caracteriza, nos primeiros quinze dias, interrupção do contrato de trabalho; a partir do décimo sexto dia de ausência, restará caracterizada a suspensão do contrato;
- E) no período de férias do empregado, o contrato de trabalho permanece suspenso, já que o empregado deixa de prestar serviços ao empregador.

06) Leia as assertivas abaixo:

- I- As federações e as confederações sindicais podem, em certos casos, firmar convenções ou acordos coletivos.
- II- A prévia negociação ou arbitragem tentativa de solucionar o conflito coletivo é pressuposto obrigatório para a deflagração legítima do movimento grevista.
- III- Os abusos cometidos durante a greve podem acarretar responsabilização dos sindicatos dos trabalhadores por perdas e danos.

Sobre as assertivas acima, pode-se dizer que:

- A) somente I está correta;
- B) somente I e II estão corretas;
- C) somente I e III estão corretas;
- D) todas estão incorretas;
- E) todas estão corretas.

07) Os adicionais quando não se acumulam são de:

- A) horas extras por transferência de local de serviço;
- B) insalubridade e de periculosidade;
- C) transferência e adicional convencional;
- D) horas extras de insalubridade;
- E) horas extras de periculosidade.

08) A habitação, a alimentação, o transporte e o vestuário, fornecidos pela empresa ao empregado por força do contrato, são:

- A) salários-complexivos;
- B) salários *innatura*;
- C) sobre-salários;
- D) gratificações ajustadas;
- E) salários em espécie.

Direito Processual do Trabalho

09) Para o ajuizamento eficaz de um inquérito, objetivando apurar falta grave contra empregado garantido com estabilidade:

- A) o Ministério Público do Trabalho deve ser cientificado;
- B) indispensável a suspensão do empregado;
- C) o empregador deve consignar a importância relativa à indenização de que cogitamos artigos 477 e 478 do texto consolidado;
- D) indispensável, em qualquer hipótese, o pagamento dos salários devidos ao empregado;
- E) imprescindível a observância do prazo de trinta dias contados da data da suspensão do empregado.

10) Com referência à execução, em se tratando de integrante de grupo econômico, é correto afirmar que:

- A) somente a empresa componente do grupo econômico de maior capital social poderá ser responsabilizada como sujeito passivo na execução;
- B) o responsável solidário, integrante do grupo econômico, que não participou da relação processual como reclamado e que, portanto, não consta no título executivo judicial como devedor, pode ser sujeito passivo na execução, em qualquer hipótese;
- C) o responsável, integrante do grupo econômico, que não participou da relação processual como reclamado e que, portanto, não consta no título judicial como devedor, não pode ser sujeito passivo na execução;
- D) o responsável solidário, integrante do grupo econômico, que não participou da relação processual como reclamado e que, portanto, não consta no título executivo judicial como devedor, pode ser sujeito passivo na execução, desde que o devedor principal se revele em condições de solver o débito exequendo;
- E) em se tratando de grupo econômico inexistente a solidariedade quanto ao débito exequendo.

11) O poder normativo compete:

- A) às Varas Trabalhistas, aos Juízes de Direito investidos de jurisdição trabalhista, aos Tribunais Regionais do Trabalho e ao Tribunal Superior do Trabalho;
- B) às Varas Trabalhistas, aos Tribunais Regionais do Trabalho e ao Tribunal Superior do Trabalho;
- C) ao Supremo Tribunal Federal;
- D) aos Tribunais Regionais do Trabalho, ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Supremo Tribunal Federal;
- E) aos Tribunais Regionais do Trabalho e ao Tribunal Superior do Trabalho.

12) Para admissibilidade do recurso ordinário, o depósito:

- A) deve ser realizado previamente à interposição do recurso, estando limitado a dez vezes o salário mínimo, quando o valor arbitrado para fins de custas ultrapassar este valor;
- B) pode ser comprovado, no curso do prazo recursal, limitado a trinta vezes o valor de referência vigente à data da prolação da sentença;
- C) é obrigatório para os entes de direito público externo, por não estarem contemplados pela isenção contida na Instrução Normativa nº 3 do Tribunal Superior do Trabalho;
- D) tornar-se-á desnecessário, quando a sentença cingir-se a condenar o empregador a proceder à anotação da CTPS;
- E) deve ser efetivado concomitante à interposição do apelo ordinário, restrito a dez vezes o salário mínimo vigente à data da prolação do *decisum*.

13) Aliquidação por artigo impõe-se quando:

- A) há necessidade de provar fato novo;
- B) basta simples operação aritmética;
- C) há necessidade de elaboração de cálculos por perito;
- D) envolve condenação por quantia certa;
- E) não enseja complexidade a fixação do *“quantum debeat”*.

14) No procedimento sumaríssimo, a conciliação deverá ser proposta:

- A) antes da apresentação da defesa pelo reclamado;
- B) após o encerramento da instrução, depois de aduzidas razões finais, e antes de ser proferida a sentença;
- C) antes da apresentação da defesa pelo reclamado, após o encerramento da instrução e antes de ser proferida a sentença;
- D) somente após aduzidas as razões finais;
- E) em qualquer fase da audiência.

15) Leia atentamente as assertivas abaixo:

- I- O recolhimento das custas processuais deverá ser comprovado até o último dia do octídiorecursal.
- II- Incabível a gravidade de instrumento de despacho que denegou o conhecimento do recurso de revista.
- III- O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.

Sobre as assertivas acima, pode-se dizer que:

- A) todas estão incorretas;
- B) somente I está correta;
- C) somente III está correta;
- D) somente II está correta;
- E) somente I e III estão corretas.

16) Diante da norma contida no artigo 769 da CLT, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho. Destarte, nos termos do enunciado 194 do TST, as ações rescisórias ajuizadas na Justiça do Trabalho serão admitidas, instruídas e julgadas em conformidade com as regras do CPC, exceto quanto:

- A) ao prazo para propor a rescisória;
- B) aos requisitos essenciais à inicial;
- C) à exigência de depósito;
- D) à produção de provas;
- E) à citação do réu.

Direito Civil

17) A respeito da responsabilidade civil é correto afirmar que:

- A) o incapaz jamais responderá pelos prejuízos que causar;
- B) aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde subjetivamente pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido;
- C) o dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, ainda que comprove força maior ou culpa do animal;
- D) aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição;
- E) responde subjetivamente pela reparação civil os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

18) Leia atentamente as assertivas abaixo com relação à decadência e à prescrição:

- I- A decadência não pode ser convencionalizada por acordos das partes.
- II- É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- III- A prescrição e a decadência podem ser interrompidas por qualquer interessado.
- IV- É vedado ao juiz suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- V- Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordos das partes.

Estão corretas somente as afirmativas:

- A) I, II e III;
- B) III, IV e V;
- C) III e V;
- D) II e IV;
- E) I e II.

19) Quanto aos negócios jurídicos, é correto afirmar que:

- A) é nulo o negócio jurídico contraído mediante dolo acidental;
- B) o negócio jurídico nulo é suscetível de convalescer pelo decurso do tempo;
- C) quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de 4 (quatro) anos, a contar da data da conclusão do ato;
- D) é anulável o negócio jurídico contraído mediante simulação;
- E) é anulável o negócio jurídico contraído mediante erro substancial.

20) Referentemente às obrigações, é correto afirmar que:

- A) a cessão de crédito *pro soluto* é transferência de um direito de crédito, feita com intuito de extinguir uma obrigação, que, no entanto, não se extinguirá de imediato, mas apenas se enaltecida em que o crédito cedido for efetivamente cobrado;
- B) perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos;
- C) na obrigação de dar coisa certa, os frutos percebidos e pendentes são do devedor;
- D) se o prejuízo do credor exceder o previsto na cláusula penal, poderá o credor, ainda que não convencionalizado, exigir indenização suplementar;
- E) na obrigação de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível, ainda que não haja culpa do devedor, responderá ele por perdas e danos.

21) Relativamente ao mútuo e ao comodato, é correto afirmar que:

- A) é inadmissível no direito civil vigente o mútuo feneratício;
- B) o mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização daqueles sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido nem do mutuário, nem de seus fiadores, ainda que o menor tenha obtido o empréstimo maliciosamente;
- C) no mútuo, a responsabilidade pelos riscos da coisa emprestada correm por conta do mutuário desde a tradição;
- D) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;
- E) o comodato poderá ser gratuito ou oneroso.

Direito Processual Civil

22) Quanto aos recursos, é correto afirmar que:

- A) da decisão que antecipa os efeitos da tutela cabe recurso de agravo no prazo de quinze dias;
- B) a apelação da sentença que rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes será recebida em duplo efeito;
- C) o Ministério Público somente estará legitimado para recorrer nos processos em que for parte;
- D) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação expressada da outra parte;
- E) das decisões interlocutórias proferidas sem audiência admitir-se-á interposição oral do agravado.

23) No que se refere à competência, é correto afirmar que:

- A) a ação fundada em direito real sobre bens móveis será proposta em regra no domicílio do autor;
- B) a incompetência absoluta será alegada através de exceção de incompetência, no prazo de 15 dias, a contar da intimação do réu;
- C) a incompetência em razão do valor poderá ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção;
- D) declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juízo competente;
- E) o foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação e o cumprimento das disposições de última vontade, e das sações em que o espólio for réu, salvo quando o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

24) Leia atentamente as assertivas abaixo, referentes à execução:

- I- No processo de execução, o prazo para a contestação dos embargos de terceiro é de 05 dias, a partir da citação.
- II- Na execução para a entrega de coisa certa, depositada a coisa, o exequente não poderá levantá-la antes do julgamento dos embargos.
- III- Assinado o auto de arrematação pelo juiz, pelo escrivão, pelo arrematante e pelo porteiro ou pelo leiloeiro, a arrematação considerará-se perfeita, acabada e irrevogável, não podendo mais desfazer-se.
- IV- Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, o prazo para embargos à execução é de 30 dias, a partir da penhora.
- V - Não serão admitidos a lançar em nova praça ou leilão arrematante e fiador remissos.

Estão corretas somente as afirmativas:

- A) I e V;
- B) I, II e V;
- C) III, IV e V;
- D) I e II;
- E) I, II e III.

25) A respeito do que tratamos itens abaixo, é correto afirmar que:

- A) quando a obrigação consistir em prestações periódicas, somente considerará-se-ão elas incluídas no pedido se houver requerimento expresso do autor;
- B) indeferida a petição inicial, o autor poderá interpor agravo de instrumento, facultado ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, reformar sua decisão;
- C) é lícito ao autor formular pedido genérico quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou fato ilícito;
- D) é vedada a cumulação em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, quando entre eles não haja conexão;
- E) compete ao réu, em sua contestação, antes de discutir o mérito, alegar a existência de prescrição ou decadência.

26) Leia atentamente as assertivas abaixo acerca da formação, suspensão e extinção do processo:

- I- Extingue-se o processo com julgamento de mérito quando o autor renunciar a direitos sobre o qual se funda a ação.
- II- Extingue-se o processo com julgamento de mérito quando o autor desistir da ação.
- III- Suspende-se o processo pela convenção das partes, até o prazo de seis meses.
- IV- Até a citação, poderá o autor modificar o pedido ou a causa de pedir, desde que como consentimento do réu.
- V- A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.

Estão corretas somente as afirmativas:

- A) I, II e IV;
- B) I, III e V;
- C) II e IV;
- D) III e V;
- E) I, IV e V.

Direito Constitucional

27) O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado, sendo correto afirmar que:

- A) a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, noventa dias antes do término do mandato presidencial vigente;
- B) o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo;
- C) compete privativamente ao Presidente e ao Vice-Presidente da República nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- D) vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga;
- E) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

28) A Constituição da República Federativa do Brasil dedica todo o Capítulo IV do Título IV para tratar das Funções Essenciais à Justiça, podendo-se afirmar que:

- A) são princípios institucionais do Ministério Público a legalidade, a impessoalidade e a moralidade;
- B) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada;
- C) os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas;
- D) a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional;
- E) o advogado é indispensável à administração da justiça, tendo a garantia de inamovibilidade no exercício da profissão, nos limites da lei.

29) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder:

- A) o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio dos vereadores, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Governadores no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa e cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;
- B) o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa e cinco inteiros por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

- C) o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa e cinco inteiros por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;
- D) o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio dos vereadores, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa e cinco inteiros e sete centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;
- E) o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

30) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados. O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa. Nestes casos, se:

- A) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação;
- B) o Congresso Nacional não se manifestar sobre a proposição em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação;
- C) o Congresso Nacional não se manifestar sobre a proposição em até sessenta dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação;

- D) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até sessenta dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das Emendas Constitucionais, até que se ultime a votação;
- E) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição em até sessenta dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das Emendas Constitucionais, até que se ultime a votação.

31) O Tribunal Superior do Trabalho é composto por:

- A) onze Ministros, togados e vitalícios, escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dos quais cinco escolhidos entre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;
- B) onze Ministros, togados e vitalícios, escolhidos entre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Supremo Tribunal Federal, dos quais cinco escolhidos entre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;
- C) dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos entre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Congresso Nacional, dos quais onze escolhidos entre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;
- D) dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dos quais onze escolhidos entre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;
- E) dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Supremo Tribunal Federal, dos quais onze escolhidos entre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho.

32) Anomeação far-se-á em caráter:

- A) provisório, quando tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;
- B) permanente ou provisório, quando tratar de cargo isolado ou de provimento efetivo ou de carreira;
- C) efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;
- D) efetivo, quando se tratar de cargo isolado referente somente a provimento de carreira;
- E) provisório, quando se tratar de cargo isolado referente somente a provimento de carreira.

33) Segundo o artigo 12 da Lei 8112, o concurso público:

- A) terá validade por dois anos, podendo ser prorrogado por igual período;
- B) terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez;
- C) não tem validade específica, ficando o critério de poder discricionário da Administração Pública;
- D) não tem prazo de validade específico, mas poderá ser prorrogado por até dois anos;
- E) independentemente do prazo, poderá ser prorrogado por até dois anos uma única vez.

34) O provimento dos cargos públicos far-se-á:

- A) mediante ato da autoridade competente de cada poder;
- B) somente por ato de poder executivo;
- C) somente por ato de poder legislativo;
- D) mediante ato conjunto dos poderes executivo e judiciário;
- E) pela chefia imediata.

35) Após em cargo público dependerá de:

- A) prévia inspeção médica oficial;
- B) inspeção médica oficial posterior;
- C) declaração de próprio punho de que a inspeção médica foi realizada;
- D) avaliação médica oficial ou privada;
- E) exames periódicos.

36) Além dos vencimentos, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- A) indenização, gratificação, diárias;
- B) indenização, adicionais, diárias;
- C) diárias, transportes e gratificações;
- D) ajuda de custo, adicionais e gratificações;
- E) indenizações, gratificações, adicionais.

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às perguntas que seguem.

Capítulo do Gênesis

1. E o Senhor, vendo que os homens não melhoravam, antes se tornavam piores, decidi mandar-lhes uma chuva de advertência; e com isto lhes manifestava seu enfado, e que o dilúvio não estaria fora de cogitaçãoes.

2. E achou que começou a cair, a princípio alegre com seu destino de chuva; insistente, depois, e zangada, fazendo aluir a morada dos homens.

3. E os caminhos se encheram de lama, e na lama passavam cadáveres de crianças com suas bonecas; e também boiavam corpos de velhos e de moços na eflorescência do amor.

4. E as águas cumpriram seu serviço e se retiraram ao cabo de um dia; e que ficou sobre a Terra um adorno de mildores.

5. Nisso vieram os sábios da cidade e puseram-se a fazer a exegese da catástrofe; e concluíram que todo o mal provinha de certas povoações altaneiras, desligadas do corpo social, a que se dava o nome de favelas.

6. As quais, dependendo da nação, e de declives do morro, vertiam sobre a cidade, com algumas notas de música, seus detritos e sua miséria, travando o escoamento das águas.

7. E individualmente se chamavam Querosene, Escondidinho, Pasmado, Martelo, Pretos Forros, Cabrito, Vintém, Cantagalo, Curral das Éguas, Nhéco, Borel, Esqueleto, Catacumba e apelativos que tais.

8. E mereciam ser destruídas; pelo que se escolheu a Favela da Catacumba, de nome exemplar, para ser arrasada primeiro que as outras, e das outras a hora se aaria a seu tempo.

9. E milicianos, na calada da noite, subiram até lá e arrasaram-na, ateando fogo aos escombros; e os sábios se persuadiram de que haviam acabado com a causa primeira da enchente.

10. Embora não houvessem acabado com a causa maior das favelas; e as favelas foram recolhidas a uma casa de boa-vontade, enquanto seus pertences tomavam rumo de um praça de jogos, Maracanã chamada.

11. E havendo entre esses alguns tamboretas e cadeiras, bem podiam ser aproveitados para assentem de amadores das grandes justas de atletas, que eram a glória da cidade.

12. E reinou sobre o morro um silêncio catacumbal, que nem a voz de um papagaio bicava.

13. E seus antigos moradores, depois de alguns dias na casa de asilo, subiram ao morro e ainda virgemela plantaram seus fogos e tomos sua música.

14. E outra vez choverá o aborrecimento de Deus, e eles serão responsabilizados, expulsos, apartados de seus bens, e descobrirão novos terrenos de cume, de onde voltarão os sertangidos.

15. E milicianos em número crescente desalojarão ainda mais numerosos catacumbes.

16. Amenos que o Senhor, em sua ira, se lembre de consumar a ameaça e promova a magnachuvafinal.

17. Da qual ninguém escapará; e depois dessa ninguém será acusado e molestado por ninguém.

18. Amenos ainda que, a poder de palavras e sutis manobras, os sábios consigam desviar a atenção do Senhor para outros mundos e ainda mais errados que este.

(ANDRADE, C. Drummond. *ABolsa & a Vida. Poesia e Prosa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1979, p. 1161-1163.)

37) Neste poema em prosa, Carlos Drummond de Andrade adota o estilo bíblico num texto de forte teor de crítica social. Dose elementos do texto abaixo, o que melhor representa a linguagem bíblica imitada pelo autoré:

- A) o emprego da palavra dilúvio;
- B) o emprego da palavra catacumba;
- C) a repetição da conjunção e (polissíndeto);
- D) a ordem inversa na expressão “Maracanã chamada” (linha 38);
- E) o emprego da inicial maiúscula na palavra Senhor.

38) Das alterações feitas abaixo na redação do trecho “Embora não houvesse acabado com a causa maior das favelas” (linhas 35 - 36), aquela que está gramaticalmente INCORRETA é:

- A) Apesar de não terem acabado com a causa maior das favelas;
- B) Conquanto não houvessem acabado com a causa maior das favelas;
- C) Embora não houvesse acabado a causa maior das favelas;
- D) Embora não houvessem acabado a causa maior das favelas;
- E) Embora não tivessem acabado com a causa maior das favelas.

39) Neste texto em linguagem bíblica, ao referir-se à Favela da Catacumba como a primeira que seria destruída, o autor usou o aposto “denome exemplar” (linha 28), motivado pelo fato de que Catacumba:

- A) evoca o local onde os cristãos eram perseguidos;
- B) era a favela onde havia número expressivo de criminosos;
- C) era o nome da favela mais populosa de todas;
- D) é uma palavra de sonoridade noturna, aterradora;
- E) era a favela mais miserável entre todas.

40) O pronome possessivo é empregado, em geral, como elemento de coesão textual, retomando forma que o precede ou remetendo a outra que o suceda na linha do texto. Os possessivos abaixo sublinhados estão corretamente indicados aos respectivos referentes, EXCETO:

- A) “seu enfado” (linhas 3-4)/ Senhor;
- B) “seu serviço” (linha 12)/ águas;
- C) “seus detritos e sua miséria” (linha 21)/ favelas;
- D) “seus antigos moradores” (linha 45)/ morro;
- E) “apartados de seus bens” (linhas 49-50)/ Deus.

41) Das alterações abaixo feitas na redação da oração adjetiva “a que se dava o nome de favelas” (linha 18), aquela que apresenta erro de regência é:

- A) as que se dava o nome de favelas;
- B) em que haviam muitos pobres e desocupados;
- C) de que não se podia esperar se não muitas sujeira;
- D) em cujos casebres moravam pessoas simples e humildes;
- E) com cujos moradores os sábios estavam preocupados.

42) Observa-se no texto forte tom de ironia, na configuração da crítica social. Das expressões abaixo extraídas do texto, a que encerra mais intensa base irônica é:

- A) "amorados homens" (linha 7);
- B) "um amor feio e maldoso" (linhas 13-14);
- C) "os sábios da cidade" (linha 15);
- D) "casas de boa-vontade" (linha 37);
- E) "E outra vez choverá o aborrecimento de Deus" (linha 48).

43) A palavra sublinhada no trecho "Nisso vieram os sábios da cidade e puseram-se a fazer a exegese da catástrofe" (linhas 15-16) significa:

- A) retratação;
- B) interpretação;
- C) diagnóstico;
- D) reconstrução;
- E) estruturação.

44) Das modificações feitas abaixo na redação do trecho "E havendo entre esses alguns tamboretas e cadeiras" (linhas 39-40), houve alteração de sentido em:

- A) Como houvesse entre esses alguns tamboretas e cadeiras;
- B) Por haver entre esses alguns tamboretas e cadeiras;
- C) Em virtude da existência entre esses de alguns tamboretas e cadeiras;
- D) Uma vez que havia entre esses alguns tamboretas e cadeiras;
- E) Tanto que houvesse entre esses alguns tamboretas e cadeiras.

Informática

45) A memória é o componente que tem por função armazenar internamente toda informação que é manipulada pela máquina. Considerando que a memória de um sistema possui diferentes características, aquela que possui menor duração de armazenamento, é conhecida como:

- A) memória principal;
- B) memória cache;
- C) registradores;
- D) memória secundária;
- E) memória ROM.

46) O componente da Unidade Central de Processamento que tem por finalidade armazenar o endereço da próxima instrução a ser recuperada da memória principal num ciclo de leitura, para interpretação e execução, é conhecido como:

- A) Registrador de Acumuladores (ACC);
- B) Unidade Aritmética e Lógica (UAL);
- C) Unidade de Controle (UC);
- D) Contador de Instrução (CI);
- E) Registrador de Instrução (RI).

47) Os dispositivos de entrada e saída (E/S) são equipamentos que identificam fisicamente a função de entrada ou de saída. Dos dispositivos seguintes, aquele que possui a função somente de entrada de dados, é melhor representado por:

- A) plotadores (Plotter);
- B) impressoras;
- C) disquetes;
- D) discorígido;
- E) scanner.

48) Sobre o editor de textos Word, é correto afirmar que:

- A) podem ser exibidas as informações, como data, nome de arquivo, número de página ou texto personalizado, nos cabeçalhos e rodapés dos documentos, por meio da opção Exibir Cabeçalho e Rodapé;
- B) durante a digitação de um documento, o Word sublinha de vermelho as palavras com erros de ortografia; este recurso denomina-se AutoTexto;
- C) a opção de visualização Estrutura de Tópicos exibe gráficos, cabeçalhos e rodapés, margens e objetos exatamente da forma como serão impressos; a rolagem do documento torna-se lenta demais, devido ao alto consumo de memória;
- D) na formatação de parágrafo, a opção Manter com o Próximo, permite que uma quebra de página seja inserida antes do parágrafo corrente, de forma a garantir que este inicie no topo da página;
- E) um texto poderá ser convertido numa tabela, desde que contenha marcas de tabulação devidamente alinhadas; caso seja necessária a realização de cálculos matemáticos, uma planilha do Excel deverá ser inserida no documento.

49) Observe as fórmulas e funções abaixo, da planilha eletrônica Excel:

I- $= (C12 + D12) * A\$1$

II- $= \text{SOMA}(C12:F12)$

III- $= D12^2$

IV- $= !C\$12 + D12$

A opção que apresenta a grafia correta das fórmulas ou funções apresentadas é:

- A) I-III-IV;
- B) II-IV;
- C) I-II-III;
- D) III-IV;
- E) II-III.

50) Acerca do sistema operacional Windows XP, nas versões Home e Professional, é correto afirmar que:

- A) caso dois usuários compartilhem um mesmo computador, é possível que a pasta Meus Documentos de cada usuário seja visualizada pelo outro usuário sem atribuição de direitos de leitura;
 - B) para melhorar o desempenho do vídeo, as seguintes ações podem ser executadas: redução da resolução e do número de cores e a substituição do driver da placa de vídeo nativo do Windows XP por um oferecido pelo fabricante;
 - C) a formatação do Windows XP permite que sejam utilizados os sistemas de arquivos FAT 16, FAT 32, NTFS ou EXT2; este último deve ser escolhido quando o disco rígido tiver dupla partição;
 - D) as conexões de rede local e de rede dial-up (modem e linha telefônica) são criadas automaticamente, quando é feita a instalação da placa de rede e da placa de fax/modem;
 - E) é possível instalar dois monitores num único computador, em substituição à instalação de um único monitor de tela grande; é necessário que sejam utilizadas duas placas de vídeo, que devem ser, exclusivamente, AGP.
-

